# DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 5504/2021

| | |
|---|---|
| **PROCESSO TC/MS** | : TC/6321/2016 |
| **PROTOCOLO** | : 1673747 |
| **ÓRGÃO** | : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE LADÁRIO |
| **JURISDICIONADA** | : MARIA EULINA ROCHA DOS SANTOS |
| **CARGO DA JURISDICIONADA** | : SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO À ÉPOCA |
| **ASSUNTO DO PROCESSO** | : CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2016 |
| **CONTRATADA** | : LOJA MAÇÔNICA PHAROL DO NORTE |
| **OBJETO** | : LOCAÇÃO DE IMÓVEL |
| **RELATOR** | : CONS. MARCIO MONTEIRO |

**CONTRATAÇÃO PÚBLICA. LOCAÇÃO DE IMÓVEL. NATUREZA DO OBJETO QUE DISPENSA O SEU ENCAMINHAMENTO AO TRIBUNAL DE CONTAS. PREVISÃO EXPRESSA CONTIDA NA RESOLUÇÃO N.º 88/2018. ARQUIVAMENTO.**

Cuida-se de Contrato Administrativo n.º 008/2016, celebrado entre Secretaria de Educação de Ladário e Loja Maçônica Pharol do Norte, cujo objeto é a locação de imóvel.

O feito foi regularmente processado, com o julgamento das fases relacionadas à dispensa de licitação, formalização do contrato e termos aditivos.

Cumpridas as etapas regimentais, os autos foram encaminhados à Divisão de Fiscalização de Gestão da Educação (peça 34), que se manifestou pelo arquivamento do processo, em virtude da natureza do objeto contratado desobrigar o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas.

Sob esta mesma linha argumentativa, o Ministério Público de Contas, por meio do seu Parecer PAR - 3ª PRC - 3893/2021, opinou pelo arquivamento do feito.

Sem maiores delongas, não há outro caminho a ser percorrido.

Com o transcorrer da presente instrução processual, passou a viger a

Resolução n.º 88/2018, regulamentado o manual de remessa de informações, dados, documentos e demonstrativos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

No que diz respeito aos contratos de execução continuada e indefinida, dispõe o aludido ato normativo:

> Art. 22. Independentemente do valor, os contratos que tenham por objeto a contratação de serviços de fornecimento de água e esgoto, energia, internet e telefone, seja fixo ou móvel, serviços de correios, locação de imóveis e aquisição de vale-transporte, **não deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas.**
> GRIFO NOSSO

Adequando a determinação legal ao objeto da contratação em análise, *in casu*, locação de imóvel, verifica-se a subsunção do fato à norma.

Com efeito, o arquivamento dos autos é medida imperativa, sem prejuízo da sua devolução ao Órgão de origem, para eventual apreciação desta Corte em sede de inspeção, ou de outro mecanismo de fiscalização.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 11, V, do RITCE/MS, acompanhando o entendimento da Divisão e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** por:

I) **ARQUIVAR** os presentes autos, nos termos do artigo 22, da Resolução n.º 88/2018 c/c artigo 4º, inciso I, alínea *f*, do RITCE/MS;

II) **DETERMINAR** a devolução dos autos à Secretaria Municipal de Educação de Ladário, consignando que, dada à natureza do objeto, tais contratações não devem ser encaminhadas para esta Corte de Contas;

III) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

**É a Decisão.**

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, determino a remessa destes autos à Gerência de Controle Institucional para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 18 de maio de 2021.

**CONS. MARCIO MONTEIRO**
RELATOR

PRAR